

PREÂMBULO

UMA SOCIEDADE PERPLEXA

Uma sociedade entre a apatia e a perplexidade. Uma sociedade imersa na secular corrupção, na perversão público-estatal e volta e meia, quando não diuturnamente, sacudida pela explosão de vulcões, lama fétida a escorrer por todas e tantas crateras, lançada aos ventos, a nos pestilenciar a mente, a estarrecer consciências, a nos limpar mais e mais os bolsos.

O lamaçal somos ou nos tornamos todos, fruto da herança colonial. No psiquismo colonialista, os outros estão a nosso serviço, são nossa propriedade. Daí escarnecermos a ética, a lei – “coisa de neuróticos, de moralistas”, assim deduzimos. Exploradores e saqueadores da riqueza nativa, sob a ótica bandoleira, onde tudo e todos somos objetos, mercadorias de poder e prazer: árvores, ouro, terras, animais, águas, mulheres, o Erário a serem predados, usufruídos ao máximo, à exaustão. Desmandos e mandos, a mais vil desfaçatez, a serviço de uma secular ordem retrógada, nobiliárquica, senhorial. A segregação entre senhores e escravos. O papel perverso do gozo, do dono (do harém, da senzala, da cidade, do “curral eleitoral”, da Nação) que passou a quantos políticos, empresários, togados, graúdos que querem manter o poder, como dizem os franceses, “a perversion”. Processo assombroso, asqueroso absorvido pela República, implantada esta ao final do século XIX, sob a égide de um “abestalhado” golpe de Estado e que vige impune, desonroso e estarrecedor até os nossos dias.

Não temos no Brasil, salvo exceções, estadistas ou mandatários que possam merecer essa distinção. Administradores públicos com legitimidade, autoridade, decência, dotados de espírito e missão a serviço do povo e da nação. Gestores que tenham planejamento a médio e longo prazos, com competência, excelência, sem manipulações, mentiras, farsas, falácias para se manterem no poder ou terem um retrato na galeria oficial.

Não temos uma ética cívica, de inclusão, participação e consciência social, de respeito ao espaço público. Enriquecer a qualquer custo, locupletar-se, ainda que poluindo, sonegando, destruindo nascentes, exigindo propinas, mentindo, assaltando cinicamente o Tesouro, por todas as formas, em todos os poderes e poleiros, inclusive sob o rótulo de “legal”. Há em nosso País um culto ao desrespeito à coisa pública, à natureza. Educados fomos/somos sob a ótica exclusivista, monopolista, segregacionista, patrimonialista, narcisista, de se negar direitos e oportunidades ao outro. Migalhas ao cidadão espoliado, ainda por cima sob escárnios. Modelo que não só herdamos, mas enraizamos, cultivamos, porquanto transmitidos às novas gerações, quer pela falha de diretrizes em nossa educação, quer pela omissão dos pais e tutores (declínio da função paterna) e pela completa inoperância das autoridades.

O culto à aparência, ao status, a títulos, ao espetáculo, o reino do cinismo, ainda que se tenha que utilizar os métodos mais espúrios, repugnantes, a venda da própria alma! Assim, os corruptos e corruptores de toda ordem, cultuadores perversos da arrogância e da delinquência, essencialmente inimigos da democracia, sicários da violência, do crime, da perversão vigentes no mundo!

Não podemos olvidar a postura burocrata, fiscalista, usurpadora do Estado, omissa em todos os sentidos – e por isso mesmo desacreditada – com sua política meramente arrecadatária sobre a renda assalariada, produção e consumo, sem contraprestação de serviços à sociedade, jogando classes contra classes, contribuindo para afrontar e indignar, cada vez mais, a opinião pública. Administração inchada, perdulária, improdutiva, socorrendo-se perenemente do contribuinte para o financiamento da ineficiência, o respaldo da incompetência, onde pouco ou nada funciona. Saúde, segurança, justiça, saneamento, transporte e mobilidade urbana, estradas, educação. Arrecadação de 1º mundo, contraprestação de serviços de 5ª categoria. Contribuinte e consumidor às baratas. Estado atrevido ao se dirigir ao cidadão, previamente tratado como marginal, como rebotalho. Basta observar o teor das “notificações” e “intimações” oriundas de instituições públicas. A chibata das palavras, a arrogância dos “feitores” e capitães do mato modernos, o aparato “nobilíarquico” que se pressupõe acima do próprio Deus... Paga a sociedade, enfim, um pesado ônus para sustentar um Estado com suas crônicas mazelas: improdutividade, ineficiência, incompetência, nepotismo, absolutismos de toda ordem!

AO PÉ DA FOGUEIRA DESPEJO FORÇADO

Nada do inquilino pagar o aluguel. Passava um mês, entrava outro, aquela brancura, aquela secura, cadê o dinheiro?! Nem brisa assoprava, sinal algum do locatário, que saia de madrugada para o sítio, retornando sabe-se lá que horas, e assim se tornara praticamente invisível, inacessível, um duende. Esposa e filhos em idade escolar, informavam, por alto, que o cidadão não tinha horário para chegar, nove, dez horas – “pr’ele é dia ensolarado ainda” – e que, no desaviso, no desassossego, dormia pela roça ou sabia-se lá onde se acoitava.

A casa alugada, quase no centro da cidade, era uma construção antiga, castigada pelo tempo, o crônico desmazelo de inquilinos e principalmente pela sovinice, pelo pão-durismo do dono. Paredes já deterioradas, cobertura com telhas de barro cozido, acentuadas goteiras, os forros de taquara carcomidos, o pé direito envergado, quase virando esquerdo.

Por mais o proprietário mandasse recado, nenhum movimento, nenhum tropel, muito menos cheiro de papel (dinheiro). lam-se já seis, sete meses de calote. Finais de semana, a família ia para o sítio. Ajudar o marido, explicava a boa senhora. Faxina, fazer quitandas no forno caipira, matar um capado, de forma a abastecer as cozinhas da roça e da cidade. Decide o dono, enfim, solicitar a entrega da casa. Alegação: urgente reforma, telhado, forros, paredes poderiam se despencar a qualquer momento. Mas, nada! Nem pagamentos em dia, nem desocupação do imóvel.

O dono indigna-se, banza, cisma, conversa com os seus botões: como resolver o problema? Meio ano já perdido, dado como fintado, período das chuvas se aproximando. Se não agisse, se não saísse do lugar, ah, sim!, ficaria a ver navios. Ano inteiro sem ver a cor do aluguel. Da preocupação passa à ação. E de forma bem finória...

Finais de semana e feriados, moradores ausentes, de posse de rústica escada de madeira, pela madrugada, ainda assim esquivando-se para não ser visto por vizinhos ou noctívagos, sobe o telhado da velha casa pelos fundos e passa a dar uma mão ao tempo ou melhor ao despejo forçado dos inquilinos. Tira estrategicamente, aqui e acolá, mais algumas telhas, de forma a ampliar as goteiras. Pela claraboia, adentra o imóvel, soltando alguns sarrafos e ripas que prendiam os forros às paredes. Fá-lo por diversas vezes, semanas seguidas.

Até que, certo dia, no domingo à tarde, retornando a família da roça, encontra os forros dependurados, alguns ao rés do chão, móveis sujos pelos detritos do teto, alguns objetos danificados, inabitável o local. É chamado o dono, que, marotamente, se justifica: - Falta de avisar não foi. Cansei de dizer que a casa estava em pandarecos, necessitando de reforma e que poderia ruir a qualquer instante. Vocês é que não acreditaram...

Não tiveram, então, outra opção senão sair, buscar outra toca, se possível gratuita, ou na base do “pendura”...



ADIVINHAS

- 1- O que é, o que é? Nunca passa e sempre está na frente?
- 2- O que fala o livro de Matemática para o livro de História?
- 3- Qual o cachorro que é professor?

Respostas: 1- O futuro. 2- Não me venha com história que eu já estou cheio de problema. 3- É o caçador.



João Pinto de Oliveira; Antônio Gaio; e José Cláudio Henriques

POSSE SR. JOÃO IHGST

Cinco meses após ser empossado Sócio-Correspondente na Academia de Letras de São João del-Rei, João Pinto de Oliveira foi diplomado com a mesma função no Instituto Histórico e Geográfico (IHG) da cidade.

A cerimônia aconteceu na manhã de domingo, 03/12/2017, na sede do grupo, e oficializou título já assinalado na Ata 528 de 03 de setembro. No evento, marcado exatamente para a semana em que São João celebra 304 anos de elevação a vila, Oliveira foi diplomado pelas mãos do historiador, professor e escritor Antônio Gaio Sobrinho. “É uma honra receber no IHG um entusiasta tão grandioso e dedicado da memória no Campo das Vertentes, com buscas e registros tão importantes para as próximas gerações”, comentou sobre o presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credivertentes e idealizador do Boletim Sabores & Saberes.

A presidente do Conselho Municipal de Patrimônio, Ruth Viegas, salientou ainda sua trajetória como educador e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago (IHGST). “Sua participação em capítulos tão essenciais no desenvolvimento regional é inspiradora para todos nós. Seja bem-vindo”.

Oliveira discursou logo em seguida. “Sinto uma mistura de lisonja, emoção e gratidão enorme. Lisonja por não me sentir digno desse título; emoção por ter sido lembrado e grato por aqui estar”.

Por fim, o presidente do IHG são-joanense, José Cláudio Henriques, também recebeu o novo sócio-correspondente do grupo. “Que possamos todos contribuir com o conhecimento e resguardar a história de São João e região”, encerrou.

ORIGEM DA EXPRESSÃO GARGALHADA HOMÉRICA

A expressão “gargalhada homérica” designa o riso súbito, largo que percorre um círculo de espectadores colhidos de surpresa por algum fato ou incidente burlesco. Uma frase antigamente muito comum e hoje de significação vaga para muitos. Tem sua origem em dois momentos da mitologia e prosódia gregas, mencionados por Homero.

I. No Olimpo, quando de forte discussão entre Zeus e Hera, Hefesto, o filho coxo de ambos, aconselhou a mãe a proferir respostas menos duras. Em briga anterior, quando assomara o partido da mãe, fora arremessado ao ar, vindo a aterrar, somente nove dias depois, em Lemnos. Ora, o néctar e a ambrosia do Olimpo eram muitíssimo mais preferíveis do que ser submetido a proezas e riscos de ser lançado novamente fora. Apressou-se, pois, Hefesto a encher as taças de todos os deuses ao redor, sendo, segundo Homero, “inextinguível foi o riso dos deuses bem-aventurados ao verem a diligente agitação de Hefesto”.

II. Outro exemplo da “gargalhada homérica” aparece no célebre episódio em que os pretendentes à mão de Penélope, açulam Iro, um mendigo fanfarrão, contra Odisseu que, na ocasião, também se passava por mendigo. “Ambos os contendores erguem as mãos; Iro atinge o adversário no ombro direito, mas este acerta-lhe um pé-de-ouvido, esmagando-lhe alguns ossos; no mesmo instante, o sangue rubro passa a escorrer-lhe pela boca. Iro, pois, lançando um gemido, cai por terra, o queixo contra o solo. À vista de que, os altivos cortejadores, erguendo as mãos, morrem de tanto rir”. É esta a gargalhada homérica.

EXPRESSÃO ‘ENTREGAR A RAPADURA’

A expressão “entregar a rapadura” é semelhante e/ou substitutiva a outras em nossa língua, como “entregar o ouro”, “entregar os pontos”, no sentido ou conotação de perder uma competição ou disputa considerada praticamente ganha; desistir facilmente ante as dificuldades; renunciar a alguma coisa de seu maior interesse; desistir de competir ou deixar voluntariamente de tentar alcançar seus objetivos; fugir em sinal de covardia.

Na acepção de nosso povo e cultura, a palavra “ouro” foi substituída, ao longo do tempo, por “rapadura”, por se tratar de produto tradicional da terra, derivado da cana de açúcar, de baixo custo, alto valor energético, oriundo dos velhos engenhos coloniais e, muitas vezes, o único alimento do caboclo e do retirante nordestino, conduzido no seu matulão. Diz-se que a rapadura era a iguaria preferida de Lampião e de toda sua tropa, saboreada com a tradicional farinha de mandioca, produto que não podia faltar nos seus bisacos. De inegável valor nutritivo, a rapadura é rica em fósforo, cálcio, ferro, potássio, sódio e ainda nas substâncias tiamina, riboflavina e niacina, e hoje distribuída na rede oficial de ensino em vários estados nordestinos e produto de exportação.

É comum a expressão ser ampliada para “entregar a rapadura com a palha e tudo”. É que a rapadura era habitualmente acondicionada ou embrulhada em palha pelos viajantes e mesmo nas cozinhas, resguardando-se do contato de insetos domésticos, do pó das estradas.

Provérbios e Adágios

- Não há mau pão com boa fome.
- À árvore caída todos vão buscar lenha
- Mais vale bom guardador que bom ganhador.
- Quando a necessidade é grande, a Providência é vizinha
- À barriga cheia todo feijão tem bicho.

Para refletir:

- Os culpados com dinheiro sempre escapam aos castigos. *(Cecília Meireles)*
- Pelos caminhos do mundo/ nenhum sonho de perde/ há os grandes sonhos dos homens/ e a surda força dos vermes. *(Cecília Meireles)*
- O fogo queima aquele que o toca, mas também ilumina e aquece quem sabe usá-lo. *(Plutarco)*
- “É fácil apagar as pegadas; difícil, porém, é caminhar sem pisar no chão”. *(Lao Tse)*

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira e Mariane Carla Fonseca.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



ALGUNS EX PRESIDENTES DA REPÚBLICA - DO GROTESCO E DAS NULIDADES

Segundo o escritor Paulo Schmidt, em sua obra “Guia politicamente incorreto dos presidentes da República” (Ed. Leya), que já vendeu 1 milhão de exemplares, o que há nos quase 130 anos de República brasileira é autoritarismo, corrupção e incompetência (Não podemos nos esquecer que a proclamação da República, em 1889, foi um golpe medíocre, vil contra o Império).

O que tivemos no decorrer da história republicana foi uma sucessão de monarcas sem coroa, resume o autor. Toda a pompa e privilégios que circundam a presidência faz com o que o mais democrata deles se sinta um pouco de rei. “Infelizmente, não é um cargo visto pelos detentores em prol do povo, mas como uma mina inesgotável de poder e regalias” afirma Paulo Schmidt. E que continua: “Quase todos (os presidentes) foram muito ruins. Acho

que houve uma progressão na piora da qualidade de nossos mandatários, ao longo das décadas. O que estamos vivendo hoje é uma espécie de somatório de tudo de pior que já tivemos na história do presidencialismo nacional”.

Nossos mandatários, com suas características humanas (ou a falta delas), com suas paixões, complexos, idiosincrasias e eventuais qualidades, uma mistura tropical e burlesca de Henrique VIII, Don Juan, Frankenstein, Jeca Tatu, legando-nos uma caricatura pitoresca do político brasileiro. O autor, após consultar biografias, documentos, memórias pessoais e de familiares, entrevistas com subordinados, encontrou de tudo: loucos, macumbeiros, mulhereiros, devassos, semianalfabetos, psicóticos (que chegaram a proibir biquínis, lança perfumes, rinhas de galos, corridas de cavalos...).

ALGUNS FATOS INUSITADOS, RELATADOS PELO AUTOR PAULO SCHMIDT, SOBRE EX-PRESIDENTES:

I – O Marechal Hermes da Fonseca, gaúcho e sobrinho do Mal. Deodoro da Fonseca, governou o Brasil de 1910 a 1914, passando à história como portador da mais completa nulidade e motivo, até os dias atuais, de chacotas. Conta-se que o Senador Pinheiro Machado, em visita ao Marechal-Presidente, que se achava doente, acamado, o quarto praticamente às escuras – disse-lhe:



- Assim, V.Exª não se cura, sr. Presidente
- Por que?!, inquiriu o marechal
- Porque V.Exª fica aí com estas janelas hermeticamente fechadas.

Dali a meses, a situação se inverteu. O Mal. Hermes visita o Senador Pinheiro Machado, então enfermo.

- Assim o sr. não se cura, Senador
- Por quê, Excelência?!
- Porque o sr., Senador, fica aí com estas janelas pinheiristicamente fechadas

(Fonte: Sebastião Nery – Folclore Político, vol. 3)

II – O mineiro Delfim Moreira foi presidente de 1918 a 1919. Um homem afável, de hábitos simples, nobre de sentimentos e ações. Era, todavia, um enfermo mental, tanto assim que foi substituído no poder pelo vice Epitácio Pessoa. Rui Barbosa, certa feita, em companhia de um jornalista, foi visitá-lo em palácio. Tiveram que aguardar mais de uma hora, período em que a porta do gabinete presidencial se entreabria e se fechava, a todo instante. Dava-se para ver um vulto a se agitar freneticamente atrás da porta. Era o presidente em pessoa a espiá-los. Rui Barbosa, que tentara a Presidência da República e fora derrotado (fraudado é a palavra certa), teria dito, então:



- Que País estranho é o Brasil, onde um louco pode ser presidente da República e eu não posso!



III – Arthur Bernardes (1922-1926), mineiro de Cipotânea, na Zona da Mata, governou praticamente sob estado de sítio, enfrentando rebeliões militares e descontentamento popular. Chegou a criar um campo de concentração no Amapá, para onde mandava os opositoristas, lá morrendo muitos deles. Tinha o apelido de “Seu Mé”, por sua cara ou aparência de carneiro. Ganharia Arthur Bernardes uma famosa marcha no

Carnaval de 1922:

“Ai, seu Mé / Ai, seu Mé / Lá no Palácio das Águias, olé / não há de por o pé / O zé-povo quer a goiabada campista / Rolinha, desista / abaixa esta crista / Embora se faça uma bernarda a cacete / não vais no Catete” (Obs. O termo bernarda é sinônimo de revolta; motim)

IV - Juscelino Kubitschek, o badalado presidente bossa nova, o pé de valsa, o galã, governou o Brasil de 1956 a 1961. Tinha ele, segundo jornalistas e auxiliares, muito medo da esposa, Dª Sara. Durante uma festa, na Gávea Pequena, em que se esbaldava a toda, em meio ao mulherio, chegou a informação, vinda da portaria, que um carro preto subia a ladeira. – É a Sara, alguém exclama. Juscelino, tão logo avisado, entra em pânico, em parafuso, determinando a todos que se escondessem. Um vexame, constrangimento geral.



Com a chegada do carro, verificou-se que o alarme era falso. Não era Dª Sara. Juscelino justificou-se, então, às pessoas próximas: - Não tenho medo do Exército, nem do Marechal Lott, nem de Carlos Lacerda. Mas, da Sara, sobra-me incontrolável pavor...

APELIDOS DE FAMOSOS BRASILEIROS

- Afonso Pena – “Tico-Tico” (Afonso Pena foi Presidente da República de 1906 a 14/06/1909, quando faleceu, sendo substituído pelo vice Nilo Peçanha) –
- Antonio Francisco Lisboa – “Aleijadinho”
- Augusto dos Anjos – “Poeta da morte”
- Carmem Miranda – “Pequena notável”
- Cruz e Sousa – “Cisne negro”
- Édson Arantes do Nascimento – “Pelé”
- Elis Regina – “Pimentinha”
- Gregório de Matos Guerra – “Boca do Inferno”
- Machado de Assis – “Bruxo do Cosme Velho”
- Mário Covas – “Zuza”
- Noel Rosa – “Poeta da Vila”
- Rui Barbosa – “Águia de Haia”
- Vinicius de Moraes – “Poetinha”

Legislação Mineira

NORMA: LEI 2764

LEI 2764 DE 30/12/1962 - TEXTO ATUALIZADO

Contém a Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais.

(Vide Lei nº 6.769, de 13/5/1976.)
 (Vide Lei nº 10.704, de 27/4/1992.)
 (Vide Lei nº 12.030, de 21/12/1995.)

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – A Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais, autorizada pela Lei Constitucional nº 6, de 16 de novembro de 1961, é a estabelecida na presente lei.

Art. 2º – A Divisão Administrativa durante a sua vigência, não sofrerá qualquer alteração, salvo:

I – a modificação de limites intermunicipais decorrentes de acordo entre municípios interessados, mediante aprovação prévia da Assembléia Legislativa, nos termos do art. 96 da Constituição Estadual e 14 da Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947, com as modificações da Lei nº 885, de 26 de dezembro de 1951;

II – a anexação de um município a outro, quando requerida à Assembléia Legislativa pelos municípios interessados, segundo as disposições dos artigos 97 da Constituição Estadual e 21 da Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947, com as modificações da Lei nº 885, de 26 de dezembro de 1951;

III – a mudança de topônimo, quando comprovada a existência de outro idêntico no país.

Parágrafo único – Nas hipóteses dos itens “I” e “II”, as alterações obedecerão à forma indicada na legislação em vigor e somente se processarão por força de lei no caso do item “III”.

Art. 3º – A Divisão Administrativa do Estado compreende os municípios e distritos relacionados no Anexo nº 1, com indicação das respectivas sedes, que têm a mesma denominação. O Anexo nº 2, que também constitui parte integrante desta lei, contém os limites e divisas municipais e interdistritais das novas circunscrições administrativas e alterações nas já existentes.

Parágrafo único – O distrito, como categoria única, é circunscrição primária do território estadual, para fins de administração pública e da organização judiciária.

(Vide art. 2º da Lei nº 4.933, de 10/9/1968.)

Art. 4º – O Município criado ou aumentado com área desmembrada de outro será responsável pela quota-parte das obrigações do município desfalcado, quando comprovadamente aplicada na área desmembrada.

§ 1º – A quota-parte será proporcional à média da arrecadação dos três últimos exercícios no território desmembrado em relação à média da arrecadação dos três últimos exercícios do município desfalcado.

§ 2º – Para a fixação do valor da quota-parte, proceder-se-á arbitramento, dentro do prazo de noventa (90) dias da data desta lei.

§ 3º – O arbitramento obedecerá ao disposto nos artigos 1.031 a 1.040, inclusive, do Código do Processo Civil, no que for aplicável.

§ 4º – Se não houver acordo entre os peritos, os municípios interessados, dentro de quinze (15) dias, procederão à escolha de desempatedor.

§ 5º – Se não for escolhido no prazo referido no parágrafo anterior, o perito desempatedor será designado, dentro de oito (8) dias, pelo Departamento de Assistência aos Municípios, a requerimento de qualquer dos interessados.

§ 6º – Do laudo arbitral caberá recurso para o Tribunal de Contas, interposto pelo credor que se julgar prejudicado, no prazo de trinta (30) dias.

Art. 5º – Continua em vigor a legislação estadual relativa à divisão territorial que, direta ou indiretamente, não colida com as normas desta lei.



Art. 6º – Nas circunscrições criadas nesta lei as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, Juiz de Paz e seus suplentes serão realizadas no decorrer do segundo trimestre de 1964, em dia a ser designado pela Justiça Eleitoral, dando-se a posse dos eleitos sessenta dias após a realização do pleito.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 2.833, de 3/5/1963.)

Art. 7º – Até que se realizem eleições para Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Juizes de Paz e seus Suplentes nos novos Municípios, e se instale sua administração própria, serão eles administrados por Intendente. (Vetado).

I – (Vetado).

II – (Vetado).

III – (Vetado).

§ 1º – (Vetado).

§ 2º – (Vetado).

Art. 8º – (Vetado).

§ 1º – Imediatamente após a instalação do Município, o Intendente comunicará o fato ao Governador do Estado, Secretário do Interior, Presidente do Tribunal de Contas, aos Diretores do Departamento de Assistência aos Municípios e do Arquivo Público Mineiro.

§ 2º – Após a publicação desta lei, o Secretário do Interior baixará instruções aos Intendentes sobre a instalação dos municípios.

Art. 9º – As funções administrativas referidas nos artigos anteriores serão consideradas serviço público relevante e gratuito podendo, todavia, o Intendente perceber, a título de representação, Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), pagos pelos cofres do município instalado.

Art. 10 – Enquanto não votar legislação própria, o novo município adotará a que estiver em vigor naquele de onde proveio, inclusive a lei orçamentária no que for aplicável.

Art. 11 – Compete ao Intendente Municipal (vetado):

I – representar o município perante os Poderes do Estado, da União e de outros municípios, em juízo ou fora dele;

II – fazer arrecadar, com a maior vigilância, as rendas municipais, zelando pela sua guarda e leal aplicação, vedado, em qualquer hipótese, o perdão de multas;

III – promover processo por infração das posturas municipais e impor as multas nelas previstas;

IV – manter em perfeito funcionamento:

a) as repartições da Prefeitura, expedindo os respectivos regulamentos;

b) os registros da contabilidade patrimonial e financeira, de acordo com as normas técnicas aprovadas e as instruções do Departamento de Assistência aos Municípios;

V – zelar pelo patrimônio do município;

VI – promover a cobrança da dívida ativa;

VII – tomar as providências ao seu alcance para remediar as calamidades públicas, solicitando aos poderes competentes os socorros que se fizerem necessários;

VIII – ordenar o pagamento das despesas que estiver legalmente autorizado a efetuar;

IX – promover a elaboração de projetos e orçamentos das obras e aquisição que forem indispensáveis à instalação do Governo Municipal;

X – conservar desimpedidos os caminhos e demais servidões do município, fazendo remover os embaraços que se verificarem;

XI – promover o tombamento e inventário dos bens municipais, mantendo perfeito registro deles;

XII – requisitar do Governo do Estado o auxílio necessário para o cumprimento de suas determinações legais;

XIII – determinar sejam expedidas as certidões solicitadas à Prefeitura por quaisquer interessados, não podendo negá-las, salvo quando o interesse público impuser sigilo;

XIV – pôr em concorrência pública ou administrativa as obras municipais, bem como as aquisições indispensáveis à instalação do Governo Municipal excedentes de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00);

XV – desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, exclusivamente os bens que forem indispensáveis à instalação do Governo Municipal;

XVI – usar, em toda a sua plenitude, de direito de representação perante os poderes estaduais e federais;

XVII – publicar, por editais e pela imprensa local, onde houver, o expediente da Prefeitura;

XVIII – enviar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 15 subsequente, o balancete da receita e despesa do mês anterior, acompanhado dos respectivos comprovantes; e ao Departamento de Assistência aos Municípios, uma cópia do referido balancete, para fins estatísticos;

XIX – manter os funcionários do município de origem com exercício no distrito emancipado, garantindo-lhes os direitos e vantagens, face à legislação mencionada no art. 10;

XX – admitir até três servidores municipais a título precário, segundo a conveniência da administração, fixando-lhes vencimentos, que não serão superiores aos dos titulares de cargos correspondentes no município de origem, aplicar-lhes penas disciplinares e dispensá-los, bem como cumprir, com relação aos servidores aos quais se refere esta lei, os dispositivos estatutários em vigor no município de origem;

XXI – resolver sobre os requerimentos e reclamações que lhe forem dirigidos, encaminhando ao Departamento de Assistência aos Municípios aqueles cuja apreciação a este competir;

XXII – abrir créditos extraordinários exclusivamente nos casos previstos na lei de Organização Municipal e créditos especiais na forma do art. 14 desta lei;

XXIII – apresentar ao Tribunal de Contas, no prazo de vinte (20) dias após a posse do Prefeito eleito, o relatório de sua administração para ser apreciado, acompanhado dos seguintes documentos:

a) balanço financeiro;
b) quadro comparativo da receita orçada com a arrecadada;
c) quadro comparativo da despesa autorizada com a realizada;

d) balanço de receita e da despesa, por distrito;

e) demonstração de Dívida Fundada;

f) balanço patrimonial;

g) demonstração discriminada da Dívida Flutuante;

h) demonstração da Conta Patrimonial;

i) inventário geral;

j) quadro comparativo dos balanços patrimoniais;

XXIV – prestar informações que sobre o serviço público lhe forem solicitadas pelos Governos do Estado e da União e pela Assembléia Legislativa;

XXV – elaborar a proposta orçamentária para o exercício de

1963, com observância da legislação do Município de origem, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro, a fim de ser submetida à aprovação do Departamento de Assistência aos Municípios.

Art. 12 – O Departamento de Assistência aos Municípios expedirá as instruções necessárias ao exato cumprimento desta lei, no que se refere à competência do Intendente Municipal, e resolverá os casos omissos, bem como poderá autorizar realização de despesas especiais não previstas.

Art. 13 – A fiscalização da administração financeira dos municípios em regime de intendência será feita pelo Tribunal de Contas, através dos balancetes mensais da receita e da despesa.

Art. 14 – Os municípios criados por esta lei poderão realizar operações de crédito, por antecipação da receita, até o limite de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), a juros anuais máximos de doze por cento (12%), e resgatável até 31 de dezembro de 1963, para atender às despesas de instalação do município e outros serviços de natureza inadiável.

Art. 15 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 30 de dezembro de 1962.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO

João Franzen de Lima

Mauro da Silva Gouvêa

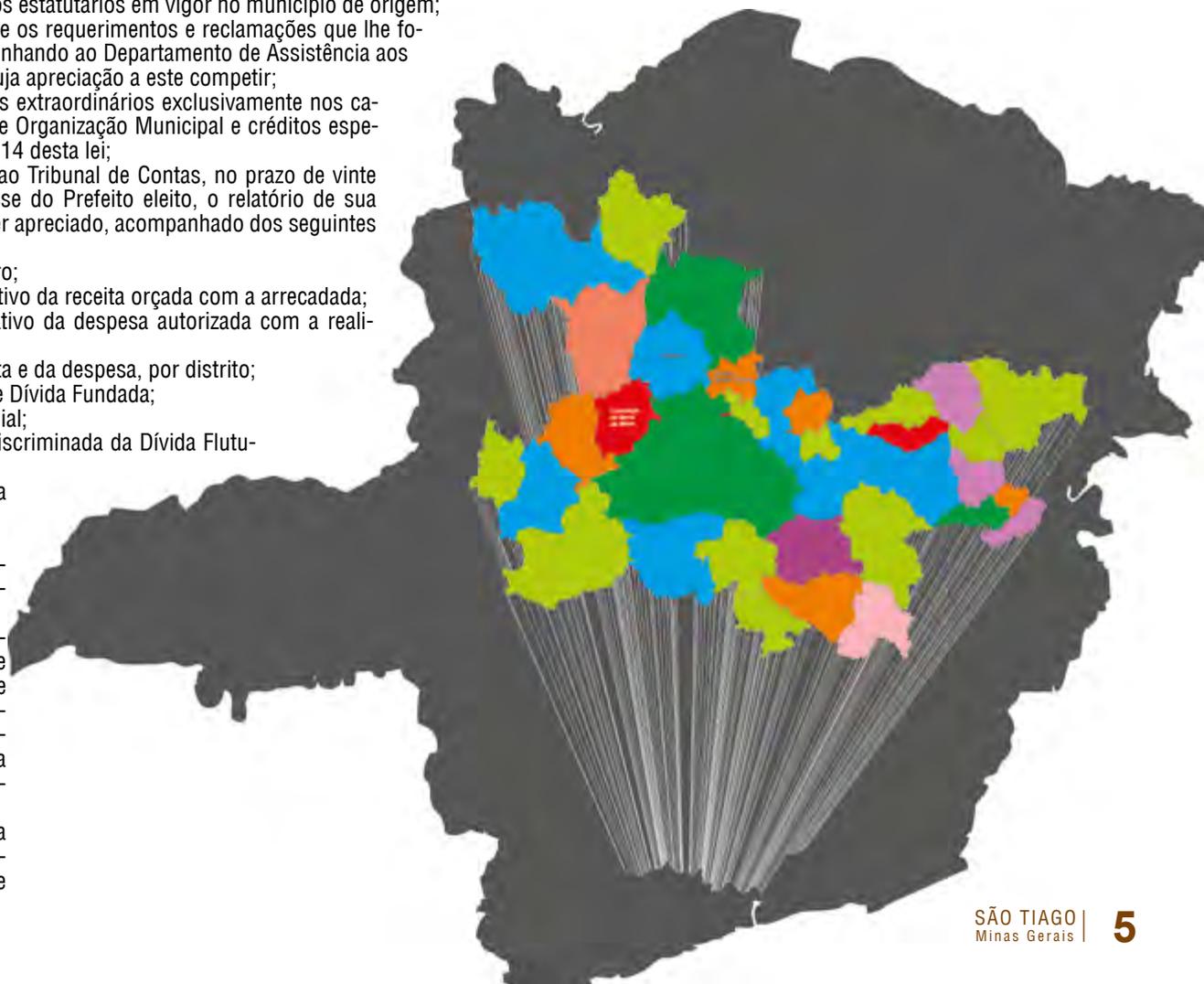
Darcy Bessone de Oliveira Andrade

Roberto Ribeiro de Oliveira Resende

José de Faria Tavares

Themistocles Alves Barcelos Corrêa

José Pinto Machado



Município de Coronel Xavier Chaves (ex-Coroas)

a) Limites Municipais:

1 – Com o Município de São João Del Rei: Começa no rio Carandaí, na foz do córrego do Carambola; sobe por este córrego até sua cabeceira; daí, pelo espigão até atingir o rio das Mortes defronte à foz do Córrego do Bengo (Afluente da margem esquerda); desce pelo rio das Mortes até a foz do ribeirão de Santo Antônio.

2 – Com o Município de Ritópolis: Começa no rio das Mortes, na foz do ribeirão Santo Antônio; sobe por este ribeirão até a foz do Córrego da Carioca.

3 – Com o Município de Rezende Costa: Começa no Ribeirão Santo Antônio na foz do córrego da Carioca (que vem da serra de Santa Rita); sobe o espigão da vertente da margem esquerda do ribeirão, continua pelo divisor da vertente da margem esquerda deste ribeirão e, por um espigão secundário atinge o córrego da Aguada ou do Pinheiro, na foz do afluente da margem esquerda, pouco abaixo da foz do córrego do Campestre; sobe o espigão da margem esquerda deste córrego e segue por ele até atingir o ribeirão do Mosquito, na foz do córrego Cerca D'água; sobe pelo ribeirão do Mosquito, até a foz do córrego do Brumado ou Ouro

Fala e, por este até a foz do pequeno córrego denominado córrego do Gambá (que vem do saltos do Brumado).

4 – Com o Município de Lagoa Dourada: Começa no córrego do Brumado ou Ouro Fala, na foz do pequeno córrego denominado do Gambá (que vem dos altos do Brumado); continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego do Ouro Fala até o Alto do Capão do Sobrado; daí continua pelo divisor da vertente da margem direita do córrego da Cachoeirinha, passando pelo Alto do Corredor ou dos Correias, até a foz do dito córrego, no rio Carandaí, sobe por este rio até a foz do córrego da Várzea.

5 – Com o Município de Prados: Começa no Rio Carandaí na foz do córrego da Várzea, segue pelo divisor da vertente da margem esquerda deste córrego e depois pelo divisor entre os córregos da Bichinha e da Várzea até seu entroncamento com a serra de São José.

6 – Com o Município de Tiradentes: Começa na Serra de São José, no entroncamento com o divisor de águas dos córregos da Bichinha e da Várzea, segue por esta serra e pelo espigão, contornando as cabeceiras do ribeirão das Pedras atinge o rio Carandaí, na Cachoeira do Carandaí, próximo da Ponte Nova; desce pelo rio Carandaí, até a foz do córrego da Carambola, defronte a fazenda do Capitão Chaves.



Município de Conceição da Barra de Minas

(ex-Cassiterita)

a) Limites Municipais

1 – Com o município de São Tiago: Começa no rio das Mortes, na foz do ribeirão do Amaral; sobe por aquele rio até a foz do rio do Peixe; sobe por este rio até a foz do ribeirão da Cachoeirinha.

2 – Com o município de Ritápolis: Começa no rio do Peixe, na foz do ribeirão da Cachoeirinha; segue pelo espigão da vertente da margem esquerda deste ribeirão até o seu entroncamento com o divisor da vertente da margem direita do córrego do Sapé; por este último divisor até a foz do Sapé; no rio das Mortes.

3 – Com o município de São João del Rei: Começa na foz do córrego do Sapé, no rio das Mortes, desce por este rio até a foz do Córrego do Caburu; continua pelo divisor da vertente da margem direita deste córrego até ao alto do Mama Rosa; daí pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego mama Rosa até ao Alto da Cruz; continua pelo divisor da vertente da margem direita do córrego do Pega Bem, até a foz deste córrego, no rio das Mortes Pequeno, desce por este até a foz do ribeirão da Lagoa Verde; sobe por este ribeirão até a foz do córrego do Barros; sobe por este até a foz do córrego do Sarampo (próxima da fazenda da Pedreira); sobe pelo córrego do Sarampo até sua cabeceira; continua pelo divisor de águas dos ribeirões de Bom Jardim e da Cachoeira até ao alto da Bandeirinha.

4 – Com o Município de Nazareno: Começa no alto da Bandeirinha, no divisor de águas dos ribeirões Bom Jardim e Cachoeira; segue por este divisor até defrontar a cabeceira do córrego do Palmital; desce por este córrego e pelo ribeirão do Amaral até a foz deste no rio das Mortes.



Município de Ritápolis

(ex-Santa Rita do Rio Abaixo)

a) Limites Municipais:

1 – Com o Município de Rezende Costa: Começa no rio do Peixe, na foz do córrego das Matinadas; sobe por este até ao alto de sua cabeceira, na serra de São Miguel; continua pelo divisor entre o córrego das Favas e ribeirão da Restinga, de um lado, e ribeirão do Pinto, do outro lado, passando pelo morro do Chapéu, até alcançar a cabeceira do córrego do Muchoco, pelo qual desce até ao ribeirão da Restinga; por este ribeirão até ao ribeirão Santo Antônio e por este até a foz do córrego da Carioca (que vem da serra de Santa Rita).

2 – Com o Município de Coronel Xavier Chaves: Começa no ribeirão de Santo Antônio, na foz do córrego da Carioca; desce pelo ribeirão Santo Antônio, até sua foz no rio das Mortes.

3 – Com o Município de São João del Rei: Começa na foz do ribeirão Santo Antônio, no rio das Mortes; desce pelo rio das Mortes até a foz do córrego do Sapé.

4 – Com o Município de Cassiterita: Começa na foz do córrego do Sapé, no rio das Mortes; segue pelo divisor da vertente da margem direita do córrego do Sapé, até seu entroncamento com o divisor da vertente da margem esquerda do ribeirão da Cachoeirinha, segue por este último divisor até a foz do ribeirão da Cachoeirinha no rio do Peixe.

5 – Com o Município de São Tiago: Começa na foz do ribeirão da Cachoeirinha, no rio do Peixe, sobe por este rio até a foz do córrego das Matinadas.



NÚMEROS ECONÔMICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



A Revista “Mercado Comum” em sua edição nº 270, outubro/novembro 2017, com embasamento em análises da Fundação João Pinheiro e de reportagens dos jornais “Estado de São Paulo” de 17/08/2017 e “Valor Econômico” de 15/09/2017, traz números inquietantes sobre as finanças públicas do País e em particular do Estado de Minas Gerais e com um alerta: “o fantasma da estagnação paira novamente sobre a economia do Estado”.

Segundo a fundamentada matéria, o PIB-Produto Interno Bruto mineiro caiu 2,6% em 2016; entre 2015 e 2016 a economia mineira registrou queda (perdas) de 6,79%, sinais de que as finanças acham-se desequilibradas, com grave crise fiscal. Longe vai o tempo do chamado “milagre mineiro” nas décadas de 1970/1980, quando o PIB estadual cresceu 200% e Minas Gerais tornara-se a 2ª maior economia do País.

Nosso declínio se deve, em parte, à queda da economia nacional, com forte retração do PIB do País nos últimos dois anos ou seja acompanhamos e nos atrelamos à União em crise recessiva; por outro lado, deploravelmente, não dispomos de políticas macroeconômicas próprias ou autônomas, aptas e significativas – vamos para onde nos jogam as ondas do barco federal, esse, há tempos, entregue à matroca.

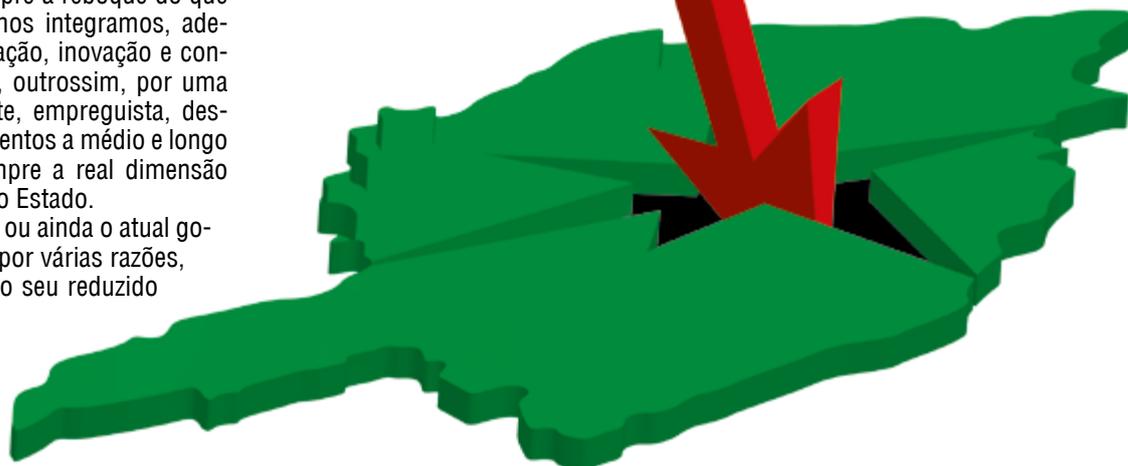
Nossa economia é cíclica, sempre a reboque do que ocorre no plano nacional. Não nos integramos, ademais, aos processos de globalização, inovação e conglomeração industrial. Pecamos, outrossim, por uma conduta autárquica, inconsistente, empreguista, desconectada de foco, sem planejamentos a médio e longo prazos, desconsiderando-se sempre a real dimensão econômica, geográfica e social do Estado.

Não há que se culpar um único ou ainda o atual governo. A economia mineira peca por várias razões, desde suas origens, dentre elas o seu reduzido

PIB

valor agregado (exportamos praticamente commodities), a pouca diversificação de nossa produção, a baixa competitividade, mecanismos obsoletos e clientelistas – ou mesmo cartoriais – de concessão de incentivos fiscais. Somos pouco atrativos para projetos industriais de monta (instalação e expansão de empresas). Outro fator desestimulante é a alta e caótica carga fisco-tributária existente no País.

Não há espaço, contudo, para pessimismos. Somos um Estado de imensas potencialidades, em termos de recursos naturais e humanos⁽²⁾, dotado de considerável espaço geográfico e imensas tradições culturais. Temos de entender que nossos problemas e entraves forçam-nos a nos reposicionar, a nos conscientizar da necessidade de conformar uma nova realidade, a partir de nossas fronteiras, tendo o desenvolvimento autossustentável como nossa missão maior.



FALSIDADE DOS NÚMEROS PÚBLICOS

Segundo o jornal “Estado de São Paulo”, os Estados falseiam seus rombos previdenciários. Assim, o Estado de Minas Gerais tem hoje, em termos absolutos, o 2º maior déficit previdenciário do País, cerca de R\$ 14, 813 bilhões. Somos um Estado campeão em gastos com pessoal, alcançando 78,76% da receita corrente líquida, sendo que o teto, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal vigente, equivale a 60%. E são despesas que só aumentam!

Entre 2008 e 2016, as despesas com pessoal do governo de Minas Gerais, em termos nominais, expandiram 156,92%, enquanto a receita corrente líquida acusou um crescimento de apenas 83,75%. No mesmo período (últimos 8 anos), a relação despesa bruta com pessoal saltou de 62,46% (da receita corrente líquida) para 87,33%. Os números são sumamente preocupantes. Enquanto as despesas crescem, os investimentos totais reduzem. No período 2011 a 2014, os investimentos chegaram/atingiram a média anual de R\$ 3.227,03 bi, enquanto no período 2015-2016, a média caiu para R\$ 1.752,23 bi.

Embora o Estado tenha reduzido as despesas no pagamento de juros da dívida, ao lado das amortizações ajustadas (dívida consolidada líquida hoje beira os R\$ 110 bi), convive-se com uma situação difícil em termos de caixa, o que tem levado a atrasos no pagamento de salários e de fornecedores.

Com um déficit orçamentário de R\$ 4.163 bi em 2016 (a projeção era de R\$ 8.921 bi), o Estado viu-se forçado a contenção de gastos, além da celebração de contratos de prestação de serviços e outras avenças com o Banco do Brasil, incluindo a utilização de depósitos judiciais⁽¹⁾ A receita de ICMS, que representa 77,50% do total, vem evoluindo. As despesas orçamentárias sobem (beiram hoje R\$ 90 bi), sendo que em 2015/2016 cresceram 3,54%. No tocante a despesas com pessoal, o Poder Executivo consome 84,18%; o Poder Judiciário 8,19%; o Poder Legislativo 3,44% e o Ministério Público 3,19%. O maior gasto governamental com pessoal está na área de Segurança, cerca de 14,4 bi (77,81%), referente(s) às Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. A educação e saúde consomem em torno de 9,85 bi (21%).

Medidas de equacionamento da dívida pública, provocada ao longo de muitas administrações, vem sendo tomadas pelo governo estadual, como a capitalização de juros nos contratos amparados pela Lei 9496/97, repactuação dos registros contábeis ante o estoque da dívida ativa e consolidada para com a União, o que implicou(aram) em algum alívio nas contas.

GASTOS PÚBLICOS

INVESTIMENTOS

MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-FIRJAN esclarecem que o quadro da crise fiscal afeta igualmente os municípios, incluindo os mineiros. Cerca de 90% das cidades mineiras acham-se em graves dificuldades de caixa e de números. De todos os 853 municípios mineiros, apenas 75 prefeituras registram boa situação fiscal. Destas, 7 integram a lista (ranking) das 100 melhores do País. Das cinco maiores cidades mineiras, apenas Belo Horizonte e Contagem acham-se com boa gestão fiscal. Já Uberlândia, Juiz de Fora e Betim estão em sofrível situação. Cidades como São Pedro dos Ferros, Corinto, Paulistas e Paineiras receberam classificação zero no índice de gestão fiscal, pois seus compromissos com gastos em pessoal estão acima de 60% do orçamento municipal, superiores, pois, aos recursos em caixa para sua cobertura. Exemplo louvável são os das prefeituras de Ouro Fino, São José da Barra e Mato Verde, pois além dos custeios de todas as suas despesas, aplicaram 20% ou mais em investimentos.

NOTAS

(1) O Banco do Brasil S/A tem exclusividade de prestação de serviços, no tocante à centralização e processamento da totalidade dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado; a centralização dos rateios e repasses dos recursos originários das arrecadações estaduais; pagamento a fornecedores de bens e serviços dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; centralização e processamento de todas as movimentações financeiras dos fundos do Estado.

(2) Para reversão do quadro de dificuldades vividas pela economia mineira – e extensivamente a nacional – exigem-se novo foco, inovação e concepção de gestão, ações nas mais diferentes áreas, o questionamento e reformulação do atual modelo, inclusive e especialmente as funções do poder público, sempre concentrador, ineficiente, cartelizado.

Enquanto isso não ocorre, medidas de planejamento de médio e longo prazos, a serem centradas num crescimento econômico dinâmico, contínuo, vigoroso, consistente, sustentado, fundamentado, processadas através de ações como:

- Infraestrutura básica, moderna, eficiente: Energia x Transportes
- Educação universalizada, profissionalizante, de vanguarda
- Inovação tecnológica, de qualidade, com ênfase na produtividade/competitividade/sustentabilidade
- Redução dos índices de burocracia e tecnicismo; agilização dos processos e serviços públicos; melhoria das condições gerais do ambiente/relações de trabalho (poder público x contribuinte)
- Agregação de valor da produção industrial e internacionalização da economia local
- Modernização e readequação do aparato institucional de apoio ao desenvolvimento industrial, comercial, agronegócios e serviços
- Redução da carga tributária

Os municípios, ante a crise fiscal, reduzem ou até mesmo zeram os investimentos em escolas, saúde, saneamento etc. Assim, 2091 cidades brasileiras estão ilegais por não cumprirem a legislação sobre finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal. Destas, 937 sequer apresentaram/declararam suas contas contábeis até a data fixada em lei. 3683 municípios igualmente não investiram os 12% determinados orçamentariamente.

A principal causa é o elevado comprometimento do orçamento com despesas obrigatórias, dentre elas o pagamento do funcionalismo público. As despesas não se ajustam à capacidade de arrecadação, deixando as contas – e as administrações – extremamente expostas à conjuntura econômica. Há que se ressaltar, igualmente, a falta de planejamento, a postura linear, passiva de muitas administrações que não desenvolvem, não estimulam projetos de melhoria econômica, de retenção, recuperação e expansão de receitas. 81,7% dos municípios brasileiros não geram sequer 20% de receitas próprias para o custeio de gestão. São dependentes crônicos, reféns das transferências federais e estaduais.

NOME MARIA

Expressões Populares

O nome MARIA, em hebraico “Mirian” significa senhora, soberana. Um nome usual, aliás o mais comum dos nomes femininos em todo o mundo, tendo sua origem em Maria, Mãe de Jesus, a maior figura feminina do catolicismo. Aos 17 anos, segundo a tradição cristã, uma moça de nome Maria, que morava na Galiléia, foi surpreendida por mensagens sobrenaturais, transmitidas diretamente pelo Arcanjo Gabriel, dizendo-lhe que, embora virgem, ela daria à luz o Filho do altíssimo.

Há muitas histórias por detrás do nome Maria, geralmente um nome comum, tanto nas classes sociais mais simples quanto na aristocracia. Várias expressões populares registram o nome com variantes metafóricas ou não e com as mais curiosas explicações.

I – MARIA VAI COM AS OUTRAS

Pessoa sem opinião própria, que segue o comando das outras, que se deixa levar ou ser convencida facilmente. Expressão surgida a partir de uma associação com D. Maria I, a Louca, mãe de D. João VI. Demenciada, afastada do trono, incapaz de governar, era vista somente quando saía a caminhar a pé, pelos jardins ou proximidades do Paço, juntamente com as damas de companhia. O povo, ao vê-las, dizia: Lá vai D. Maria com as outras.

II – DO TEMPO DA MARIA CACHUCHA

Cachucha era uma dança espanhola dos séc. XVIII e XIX, em 3 tempos em que o(a) dançarino(a), ao som das castanholas, começava num movimento moderado, acelerando-o, até chegar aos mais vivos volteios. Tornou-se uma dança conhecida quando a célebre dançarina Fanny Elssler dançou-o na Ópera de Paris.

Tornou-se famosa a cantiga “Maria Cachucha” em Portugal, cuja letra era zombeteira, jocosa.

III – MARIA CHUTEIRA

Expressão vulgar. Mulher que se relaciona sexualmente com vários jogadores de futebol para obter vantagens. Da mesma forma, Maria Gasolina, Maria Maçaneta, indicando mulheres de vida livre ou interesseiras que se envolvem com taxistas...

IV – MARIA MOLE

No período do Brasil Colônia, a família real portuguesa mantinha curioso hábito: mandava vir para o Brasil, por via marítima, gelo dos Alpes europeus para fazer sorvete. Algumas vezes, o navio cargueiro atrasava ou então desaparecia, gerando frustração para todos. Uma escrava da Corte, de nome Maria, acabou resolvendo, em parte, o problema fazendo uma gororoba com coco ralado, mocotó, água, açúcar. A massa grudenta acabou batizada como “maria mole”.

V – MARIA CHIQUINHA

Muito comum em Portugal e mesmo no Brasil, as meninas prenderem os cabelos em dois tufois laterais, de forma a não lhes atrapalhem as brincadeiras, as atividades domésticas. Como a maioria delas se chamava Maria Francisca, nome comum até os dias atuais, essa forma de pentear ou arranjar os cabelos ficou conhecido como “maria chiquinha”.

VI – MARIA FUMAÇA

A expressão tem sua origem nas antigas locomotivas a vapor, identificadas de longe pela fumaça, emitidas a partir de suas fornalhas. Sendo o nome Maria muito popular, as pessoas diziam: - Lá vem a Maria fazendo fumaça...”

VII – MARIA SEM VERGONHA

É uma planta nativa do gênero Impatiens, que cresce e se alastra com muita rapidez. Passou a simbolizar as mulheres de vida fácil.

VIII – BANHO MARIA

Método culinário no qual se aquecem alimentos, de forma lenta e uniforme. Consiste em se colocar um recipiente dentro de outro onde haja água, sendo ambos levados ao fogo. Assim o recipiente que contém água aquece o outro, sem que haja transbordamento da substância.

A origem da expressão vem da Antiguidade. Uma alquimista, de nome Maria, a Judia, usava um tacho de cobre para manter, durante um tempo maior, a água aquecida e aromatizada que empregava em seus experimentos.

Em sentido figurado, a expressão “banho maria” designa não apenas cozinhar um alimento em água com fogo brando, mas ainda o sentido de se “empurrar uma decisão com a barriga”, ou seja protelar, deixar para depois, não se sabe quando...

IX – BOLACHA MARIA

Tipo de bolacha fina, muito em voga no séc. XIX, principalmente na Inglaterra, servida ou degustada com chá. A origem da expressão surgiu quando do casamento do Duque de Edimburgo com a Duquesa Maria. Para homenagear o casal, a empresa Peck-Freen criou um novo tipo de bolacha fina e delicada, batizada como “bolacha Maria” e que continua agradando o paladar de consumidores, até os dias atuais.

Nossa Senhora do Pilar e São Tiago Maior

Quando Jesus pediu para os discípulos se reunirem na Galileia para as últimas recomendações, disse-lhes: “Foi me dado todo poder no céu e na terra. Idé, pois ensinai todas as gentes, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinando-as a observar todas as coisas que vos mandei. Eu estarei convosco todos os dias, até o mundo.” (Mateus 28,17-20).

Podemos supor que os apóstolos se reuniram para fazer a distribuição dos trabalhos missionários e cada apóstolo recebeu uma região para levar o nome de Cristo. Na hora da partida, teriam solicitado as bênçãos de Maria como verdadeira Mãe.

São Tiago recebeu a incumbência de levar o nome do Salvador às províncias romanas da Espanha. Como os demais apóstolos fizeram, ele foi solicitar as bênçãos maternais a Maria Santíssima. Conforme narra a tradição, Nossa Senhora teria dito a ele: “Vai, meu filho, cumpre a ordem de teu Mestre e por Ele te rogo que naquela cidade da Espanha, em que maior número de almas converteres à fé, edifique em minha memória um templo no lugar que então indicarei”.

Tiago seguiu, então, para a Península Ibérica e pregou o nome de Jesus em muitas cidades. Mas foi na cidade de Saragoça, às margens do rio Ebro, que seu trabalho foi coroado de êxito. Entre os convertidos ao cristianismo, estavam oito rapazes que passaram a ajudar Tiago em sua missão. À noite, reuniam-se para orar.

Conta-se que, certa noite depois de suas orações, Tiago foi repousar e acordou com vozes angelicais cantando a Ave Maria. Ele se ajoelhou e em seguida a Mãe de Deus sentada em um pedaço de coluna de mármore. Maria o convidou para se aproximar e lhe mostrou o lugar onde queria que fosse edificada a igreja. Disse-lhe que conservasse aquela coluna na qual estava sentada e a colocasse no altar do templo, pois aquele pilar permaneceria ali para sempre. O apóstolo agradeceu à Mãe de Deus pelo imenso favor daquela manifestação (na realidade, uma bilocação, pois Maria ainda vivia). Essa é considerada a primeira aparição de Nossa Senhora.

Ajudado pelos oito rapazes, Tiago deu início à construção de uma capela, voltada para o Rio Ebro, colocando o pilar na parte superior do altar. Mais tarde, construiu-se ali, em Saragoça, uma grande e majestosa basílica, em honra à Rainha do Céu, existente até hoje. Com o decorrer dos anos, nasceu a devoção a Nossa Senhora do Pilar, que logo se espalhou por todo o país e hoje é venerada como padroeira da Espanha.

Nossa Senhora do Pilar é considerada a primeira aparição mariana. Os carmelitas espanhóis, instalados na Bahia desde 1560, trouxeram a devoção ao povo brasileiro. Dali, ela se propagou por diversas cidades, como Olinda e Recife, Itamaracá, São João Del Rei, Curitiba.

Merece destaque o monumento em homenagem a Nossa Senhora do Pilar erigido por Pascoal Marques de Almeida, em Salvador, na Bahia, em 1573. Trata-se de um pilar que possui na parte superior um oratório quadrangular, decorado com azulejos barrocos e protegido por um gradil. No interior do oratório, existe uma imagem de Nossa Senhora do Pilar, com uma lâmpada de azeite acesa, constantemente conservada pelos devotos.

Em Ouro Preto, Minas Gerais, também existe uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Pilar. A Matriz de Nossa Senhora do Pilar é uma das edificações católicas mais conhecidas entre as que foram erguidas durante o ciclo do ouro no Brasil.



ORAÇÃO

Maria, Mãe da Esperança, caminha conosco! Ensinai-nos a anunciar o Deus vivo; ajudai-nos a dar testemunho de Jesus, o único Salvador, tornai-nos serviçais com o próximo, acolhedores com os necessitados, obreiros de justiça, construtores apaixonados de um mundo mais justo; intercedei por nós que agimos na história, certos de que o desígnio do Pai se realizará. Por Cristo, vosso Filho. Amém!

FOLCLORE AS JANEIRAS

Em tempos idos, não havia tamanha e obsessiva preocupação com presentes, com as tentações e utilitarismos que hoje encham vitrines, nos seduzem, chegam às casas e nos sangram os bolsos através da publicidade mentirosa e enganosa. As falaciosas tentações da era moderna! Os presentes eram, então, apenas complementos nas relações e reuniões que envolviam famílias e comunidade, em especial ao ensejo de festas pascais, natalinas e de final de ano. As pessoas usufruíam mais da sociabilidade, da amizade, do conagraçamento, de ritos e costumes que valorizavam a familiaridade, a alegria sadia, o regozijo e a satisfação pela existência de todos os dias.

Um dos eventos ou manifestações do passado eram as chamadas “Janeiras”. Grupos de pessoas, desde as primeiras horas do Ano Novo, saíam a percorrer as ruas e casas das vizinhanças, em especial de pessoas amigas e conhecidas, cantando músicas de teor natalino, que anunciavam o nascimento de Jesus e desejavam felicidades ao ensejo da chegada do ano novo. É o que se denominava “Cantar as janeiras”, “pedir as janeiras”, “dar as janeiras”, pois os cantos se encerravam com alusões às gostosuras do comer e do beber, feitas em casa e que as famílias visitadas, decerto, tinham bem preparado para acolher os cantadores.

Ocorriam – e ainda ocorrem - tais manifestações entre 01 e 06 de janeiro, que é o dia de Reis ou Epifania. Os instrumentos musicais mais utilizados são a pandeireta, bombo, viola, flauta. As músicas são todas simples, habitualmente em quadras, com temas que louvam o Menino Jesus, Nossa Senhora, São José, os moradores que con-

tribuíram. Há dezenas de letras folclóricas e populares, principalmente em Portugal. Há uma música celebrizada de Zeca Afonso, denominada “Natal dos simples”, muito cantada e difundida, embora não seja folclórica.

Os pedidos aos anfitriões eram de castanhas, maçãs, nozes, chouriço, morcela etc. Hoje, por comodismo, servem-se chocolates e até dinheiro. Não se tratava, contudo, apenas de comer e beber. Ao final da caminhada, o grupo reunido se refastela com o que receberam (ou sobrou). Havia toda uma ordem, um ritual a ser observado na condução e canto das estrofes. Como em todas as casas havia presépio, em primeiro lugar cantavam-se louvores ao Menino Jesus, como nesses versos comuns em Portugal e transplantados para o Brasil:

“Olá, meu Menino Jesus
A vossa capela cheira
Cheira a cravos e rosas
E a flor de laranjeira
Oh! Meu Menino Jesus
Boquinha de requeijão!
Dai-nos alguma coisinha
Que a minha mãe não tem pão”

A dona da casa anotava as prendas mencionadas pelos cantadores, geralmente requeijão, pão, frutas, carnes, propondo-se a atendê-los. Após os louvores ao Menino Jesus, ocorriam louvores aos donos da casa, que eram saudados através de versos como “Ó de casa, nobre gente / escutai e ouvireis / lá das bandas do Oriente / são chegados os três reis”.

A terceira parte do rito, era o pedido das festas ou das janeiras. Cantores e convidados adentravam a casa, e com plena harmonia, trocavam-se votos de felicidade para o novo ano. Algo ligeiro, com pouca comida e bebida, pois o grupo seguia adiante, a fim de visitar e cantar em outras casas, levando o espírito de fraternidade e alegria a tantas outras gentes. Era esse, afinal, o espírito das “janeiras”

Trata-se de uma tradição ou costume de origem portuguesa, espalhado por outros países europeus, sempre apreciado e cultivado, e que se perde na memória dos tempos. O escritor Gustavo Barroso registrou em seu livro “Ao som da viola”, os seguintes versos das janeiras, por ele ouvido, quando criança, em seu Estado natal (Ceará):

Janeiro vai
Janeiro vem
Feliz daquele
A quem Deus quer bem!

Janeiro vem
Janeiro foi
Feliz daquele
Que tem seu boi!

Janeiro ia
Janeiro vinha
Feliz daquele
Que tem galinha!

Janeiro vem
Janeiro vai
Feliz daquele
Que tem seu pai!

Janeiro foi
Janeiro era
Feliz daquele
Que tem sua terra!

Janeiro vinha
Janeiro ia
Deus nos proteja
E a Virgem Maria!



OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E O DIREITO À EDUCAÇÃO E À APRENDIZAGEM

Presença e Importância

A implantação dos Conselhos Municipais de Educação é, sem dúvida, um grande avanço no tocante à participação e à representatividade popular nos processos de gestão educacional local. Uma verdadeira alforria. Observa-se, todavia, que as políticas públicas e sociais no tocante ao acesso universalizado à educação e à aprendizagem – direito constitucional e dever do Estado – sofrem excessiva preocupação com quantificação, com o atacado. Novas leis e formalidades, porém, sem a contrapartida de recursos financeiros, humanos, técnicos, valorização profissional, o ouvir-se especialistas e população. É a velha forma centralizada de legislar, de prodigalizar soluções, ainda que louváveis, na caneta.

Vejam os: I - Ampliação do tempo ou jornada curricular e de trajetória da escolarização, estendido ao ensino fundamental para 9 anos. II – Inclusão da criança nos níveis de pré-escolar, creches, o que gera visibilidade em nível de tempo-espaço.

Falhas há, contudo, porque inexistente um projeto político-pedagógico consistente que valorize o corpo docente, dentro de elevados processos de formação continuada e qualificada; carências quanto à inovação da teoria pedagógica, das bases materiais e do trabalho docente-discente, gestão democrática e inserção de exigências de ordem técnica, administrativa e pedagógica. Imprescindível que, pari passu com o ampliação/quantificação/universalização da clientela que se promova uma ampla reorientação pedagógica, a reformulação – senão democratização e flexibilização curricular, o amplo envolvimento da sociedade e do alunado para que se sintam sujeitos-agentes da educação e não objetos-recipientes como até hoje se processa.

A escola e todo o processo de ensino é, na prática um autêntico espaço de iniciação e existem em função do sujeito-aluno, na sua condição maior de apropriador do conhecimento coletivo, da troca de saberes e valores universais – daí esforços sejam enviados, não apenas para acesso, mas principalmente para permanência e vivência com excelência e qualidade.

Um gigantesco desafio quanto unir inclusão/universalização do ensino com qualidade. As estatísticas revelam, dolorosamente,

que ainda há crianças em idade escolar submetidas ao trabalho infantil e até em condições degradantes; grande contingente de jovens e adultos fora dos processos de escolarização; evasão e perdas escolares; o estigma da repetência. Ou seja o acesso universalizado, a ampliação de tempo curricular e do período de aprendizagem, ainda se manifestam precários, falhos, não se aplicando e se revertendo em estímulos à permanência do educando e o Conselho Municipal de Educação, dado o seu conhecimento e lastro da realidade local, muito contribuirá para a atenuação do problema.

Exclusão e seletividade são marcas históricas da educação na sociedade brasileira e somente agora, por força da pressão social, vem sendo rompidas e reavaliadas. Aos Conselhos Municipais de Educação, em nível de suas funções deliberativas, consultivas e propositivas, compete a responsabilidade de garantir/atrair a si o controle das políticas educacionais locais, constitucionalmente fundamentadas, no tocante à educação materializada, ao direito ao amplo desenvolvimento da aprendizagem, respeito à tolerância e à liberdade, valorização do profissional da educação, garantias do padrão de qualidade e inclusão, valorização da experiência extraescolar, vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas cidadãs e sociais.



EVOLUÇÃO PLANETÁRIA

Crucial a necessidade do despertar coletivo, para que a humanidade possa alçar voo a novas, restauradoras paragens. O planeta é um sublimado mosaico de conceitos, ideias, filosofias, mitos, histórias, sagas. Um tesouro imensurável propiciado por Deus aos seus filhos de Luz. O nosso futuro está condicionado à equânime formação em bases alternativas, científicas, tecnológicas, espirituais, econômicas, sociais, políticas, ambientais – uma nova e harmoniosa mentalidade a gerar uma era pacífica, progressista, autossustentável. Um novo céu, uma nova terra!

O primeiro passo é a nossa mudança pessoal, regenerativa, consciente, passando todos a serem construtores de uma nova ordem, uma nova cosmovisão. Termos maturidade psicológica, moral, espiritual. Seremos massa crítica, fermento capaz de dar suporte às mudanças surpreendentes, porém, inevitáveis, que nos batem – ou melhor, arrombam-nos - as portas. Um salto quântico, eis a verdade. O planeta mostra sinais evidentes de que se acha no limite da suportabilidade (guerras, injustiças, cataclismos, poluição, corrupção avassaladora). Mudanças sérias, urgentes, profundas se fazem necessárias no âmago da civilização, mesmo porque somos o sangue, as veias, a seiva do planeta que nos acolhe benevolmente, uma das muitas e inumeráveis moradas do Senhor no universo.

A Grande Ordem Divina, que criou e comanda a evolução terrestre, se vê desafiada por tantos celerados – políticos, empresários, militares, cientistas vocacionados ao mal – e decerto, em algum momento, promoverá a regeneração de Sua Vinha, arrendando-a a outros inquilinos pacíficos e operosos.

A evolução é uma espiral infinita, inderrogável e se aplica a todos os seres. O aprimoramento moral e espiritual é o objetivo mor de nossa jornada, tendo nós, para tal, como principal chave ou senha, a humildade: saber ouvir, saber reconhecer e redescobrir nosso papel dentro da ordem cósmica, o que podemos e devemos fazer, o que e nós é aguardado e recolhido pela Consciência Maior. Em síntese, ouvir, agir, praticar o que nos é pregado e propagado pelo Evangelho, há dois milênios!

Somos todos chamados à melhoria interna e consciencial, ao revigoramento coletivo. Por sobre o véu da ignorância, do esquecimento, do comodismo, há que serem rompidos seus fios, suas fímbrias e teias. Deus não olha crenças, opiniões e sim atos, obras. Muito trabalho nos aguarda a todos, pois “a seara é grande, tão poucos os obreiros”. Todos temos inadiável contribuição a fazer, nesse sentido, dentre elas resgatar a memória ancestral do exercício do bem, a compreensão dos sagrados objetivos da vida, a missão e a bênção em Servir...



O “DINHEIRO” DE BRASÍLIA

As coisas, realmente, estavam fervendo naqueles tempos por aquelas bandas. Um barril de pólvora, pavia a ser aceso a qualquer momento. Funcionários municipais, há meses, sem ver a cor dos salários, inclusive 13º, pagamento de férias e por aí fora. Fornecedores e prestadores de serviços, de há muito, deixaram de oferecer e entregar produtos à Prefeitura – calote na certa. Merenda racionada nas cantinas escolares, atendimento precaríssimo e remédios em falta nos centros de saúde, veículos em pandarecos, ruas imundas, estradas entregues ao léu da sorte, pontes e mata-burros em ruínas.

O prefeito sempre a alegar carência de recursos. Culpava a tudo e a todos – governo, administração anterior, a crise - pelo descalabro administrativo-financeiro. Ou melhor, a ninguém, pois homem dado a firulas e paparrотadas, permanecia dias, semanas viajando, afirmando estar a serviço, tratando dos interesses da municipalidade, junto a deputados, a autoridades e repartições públicas na capital do Estado ou ainda em Brasília.

Engodo, negociatas, papagaiadas, malandragem, era voz corrente entre a população, que, até então bovina, começou a manifestar sua indignação. Jovens passaram a afixar cartazes ou grafitar mensagens de repulsa por muros e passeios. Protestos chegaram a ser realizados em frente à prefeitura e a residência do alcaide. Inutilmente. O parlapatão vivia a viajar, acompanhado, assim se falava, de jovens e belas mulheres por resorts e balneários, alguns deles internacionais. O que tinha pleno sentido, pois as contas de viagens do alcaide eram exorbitantes, extravagantes, obviamente arcadas pelo tesouro municipal, ou seja, pelo espoliado, tapeado contribuinte.

A indisposição, a cólera pública se ampliavam, mais e mais. Falava-se até em motim, sua casa fora até apedrejada, uma velha perua de sua propriedade aparecera virada de rodas para o alto. Retornando de uma de suas infundáveis viagens, alardeia, aos quatro ventos, por todos os meios possíveis, ter obtido vultosos recursos federais para a Prefeitura, o que lhe permitiria um fôlego monumental e o saneamento de todas as dívidas municipais. Não esquecera ele ainda informar que tal dotação fora conseguida junto ao governo federal, pelo deputado Dr. Pantanoso, votado, há décadas, na região.

Munido de grossa papelada, que comprovaria ter sido o município contemplado com robusta verba oficial, procura o gerente da agência bancária local, estabelecimento oficial, onde a prefeitura mantinha sua movimentação. Sexta-feira, véspera de carnaval. Frente e laterais da agência ocupadas já por dezenas de servidores e credores públicos, açulados pelo aviso do prefeito de que chegara “dinheiro” de Brasília.

Requer ao gerente que este se reporte ao expediente endereçado pela matriz à agência naquele dia, via telefax. De fato, havia ali um comunicado sobre a liberação de uma verba oriunda do Ministério do Interior. O gerente hesita, tergiversa, desconfia, mas o ambiente, a esta altura, era incontrolável. Um tumulto insofreado. Pessoas às dúzias ali na expectativa de receber os “atrasados”, aliás propalado pelo próprio administrador municipal no intuito de salvar a própria pele. O prefeito passa-lhe um número telefônico – “do gabinete do Ministro”, esclarece – onde o chefe confirma o valor já depositado na matriz do banco em Brasília e que cairia, via transferência, na conta da Prefeitura ainda naquele dia.

Perplexo, coagido, cidade com ínfimo destacamento policial, recinto da agência tomado por exaltados populares, o gerente decide confiar no “depósito” do Ministério do Interior, autorizando o pagamento, conforme folhas e planilhas apresentadas pela prefeitura, aos servidores em atraso. Valor que é rapidamente drenado, passando às mãos dos funcionários e credores, em sua maioria vorazes agiotas, habilitados ao recebimento.

Quarta-feira de cinzas, agência reaberta, o gerente checa com precisão o “depósito”. Naqueles tempos, as mensagens (ordens e remessas de pagamento, transferências de valores) eram repassadas, de forma cifrada, via fax, mediante a combinação de números, letras e signos, exigindo tempo e habilidade mnemônica para serem decodificadas. Pasma, trêmulo, suor em bagas, o gerente percebeu ter caído num grande engodo, numa fraude. Os códigos não batiam. Ordem de pagamento falsa.

Busca em desespero o prefeito. Este nega inicialmente, mas acaba confirmando a farsa. Aos prantos, se desculpa, mas, segundo ele, fora a única forma de se safar das invectivas dos servidores e fornecedores. Que o banco esperasse até ele ver como cobrir o rombo. Mas, esperar o quê?! A Superintendência do Banco oficial, tão logo informada, dá um prazo de 15 dias para o gerente resolver o imbróglio, tentar sair da camisa de sete varas em que se metera. Sem dó nem piedade. Do contrário, processos e ...rua, senão o xilindró.

A saída seria drástica para o gerente que se viu forçado a vender casa, veículo, todos os bens com algum lastro, o que, após apurado, deu para cobrir uns 25% do “rombo”. Conseguiria resolver o problema, graças à ajuda de colegas bancários e sindicais, além de uma campanha, a nível nacional, envolvendo entidades religiosas, Lions, Maçonaria e doações avulsas. Cometera ele a incrível ingenuidade em não seguir corretamente as orientações técnicas do sistema financeiro a que pertencia e em...confiar!

O ressarcimento pela Prefeitura correria anos nos tribunais e, décadas passadas, ainda sem definição!

1867 - 2017 IGREJA METODISTA HÁ 150 ANOS NO BRASIL



Em 2017, a Igreja Metodista comemorou 150 anos de sua presença no Brasil. A denominação metodista instalou-se originalmente em nosso País em agosto de 1867⁽¹⁾ com a chegada do pastor norte-americano Junius Estaham Newman, que passou a realizar trabalho de pastoreio junto a imigrantes americanos no interior de São Paulo. Suas filhas Annie e Mary foram as responsáveis pela instalação do Colégio Newman em regime de internato e externato, precursor do Colégio Piracicabano, hoje Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP.

Posteriormente, outros missionários americanos aqui aportaram, contribuindo para a expansão geográfica do Metodismo no País⁽²⁾. Em 1896, era lançado o jornal "Expositor Cristão" que circula até hoje. A Igreja Metodista conta hoje cerca de 300 mil membros e mais de 1.400 igrejas distribuídas por oito regiões e ainda duas regiões missionárias (Nordeste e Amazônia), desenvolvendo inestimáveis serviços nas áreas social e evangelística, incluindo pastorais indígena, carcerária, da criança, de inclusão, combate ao racismo, defesa dos direitos humanos, contribuindo para a reflexão, conscientização e promoção de ações de testemunho da Graça de Jesus Cristo junto aos homens.

A Igreja Metodista tem sua origem no seio da Igreja Anglicana na Inglaterra do século XVIII. John Wesley, um pastor anglicano, liderou um movimento de renovação espiritual buscando estabelecer a importância da disciplina pessoal e do cultivo espiritual. Os metodistas prescrevem, aos seus membros, boas práticas como não fazer o mal e atender as ordenanças de Deus conforme prescrito na Bíblia; serem moderados nos divertimentos, modestos no trajar, temperantes no falar, não consumir bebidas alcóolicas, reservar um dia específico da semana para dedicar-se a Deus e atuar como promotores da ordem e da paz.

Em Minas Gerais, pelo que se pode apurar, a primeira igreja metodista foi instalada em Juiz de Fora em 1884 pelo pastor James L. Kennedy. O metodismo foi o primeiro grupo evangélico a se instalar em Belo Horizonte, quando esta era ainda o pequeno arraial denominado Curral Del-Rei. Ali esteve o pastor Kennedy em 1890, fixando pequeno número de obreiros. Diz-se que o primeiro metodista de Belo Horizonte foi Cândido Mendes de Magalhães, sacristão da igreja da Boa Viagem. Em 1891, há o registro da presença em Belo Horizonte dos pastores Antonio C. da Fonseca e J. L. Bruce, que foram ali muito hostilizados pelos católicos da época. Em 1895, o pastor J. E. Tavares assume as funções e direção das atividades metodistas em Belo Horizonte. Já em 1897, ano de transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, já se encontrava, nesta cidade, um significativo grupo de metodistas. Em 05/10/1904, era instalado o Colégio Izabela Hendrix, hoje um dos mais tradicionais educandários do País. A denominação metodista é mante-

nedora, em nosso Estado, de outros educandários, dentre eles o renomado Colégio Granbery de Juiz de Fora.

Embora nossos contatos, não conseguimos apurar o início da igreja metodista em São João Del-Rei. Segundo informações colhidas, há poucos dados anteriores a 1992. Nesse ano e ainda em 1993, o pastor Alcides Mendes (re)iniciou um trabalho local, sendo ele transferido para São João Nepomuceno. Em 1995, estava à frente da igreja em São João Del-Rei o pastor Pedro Reis.



NOTAS

(1) O pastor Junius Estaham Newman chegou ao Rio de Janeiro em agosto de 1867, fixando residência e missionato, porém, em Saltinho, cidade próxima a Santa Bárbara do Oeste, interior de São Paulo. Fora ele capelão durante a Guerra Civil Americana junto às tropas do Sul. Deslocou-se para o Brasil às suas expensas, vindo na condição de refugiado. Entre 1879 e 1880, o pastor Newman transferiu-se para Sorocaba.

(2) Em 1876, a Junta de Missões da Igreja Metodista Episcopal Sul enviou ao Brasil, em caráter de obreiro oficial, o pastor John James Ramson que se instalou no Rio de Janeiro, então capital do País, utilizando-a como centro estratégico de divulgação do Metodismo no Brasil, dali se espalhando gradualmente e com sérias dificuldades.

Na década de quarenta, precisamente em mil novecentos e quarenta e sete (1947), o meu irmão Rubens – de saudosa memória – trabalhava como bancário em Belo Horizonte e, sempre ligado às suas raízes, compôs esse belo poema, que é testemunho do que foi a sua mocidade sonhadora vivida na fazenda “Saudade de Zélia”, na qual, já aposentado, passou os seus últimos e profícuos anos de sua vida, construindo, com seu trabalho, uma bela e aconchegante morada.

VOCAÇÃO

Rubens Ribeiro da Silva

Meu pai foi dono de tempos verdes,
Ao luar dos tempos foi que nasci.
Ó verdes campos, por me perderdes,
Cedo a alegria, também, perdi! ...

Ainda menino, fui cavaleiro
(Tempo ditoso, que longe vai).
Eu, rude filho de fazendeiro,
Pegado às crias do meu sendeiro,
Criei-me rebelde como meu pai...

E, herói em lances de alta nobreza,
Sultão, em breve, me fiz também...
Ergui mesquitas à Natureza,
E eram as flores da redondeza.
As odaliscas do meu harém...

Mas, como logo me vi vassalo
De um inocente, ruidoso amor,
(Ah, esse tempo, como olvidá-lo?!)
Troquei as rédeas do meu cavalo
Pela guitarra do trovador! ...

E dando largas a minha veia,
- Alma que a (Lama do amor encerra)
Eu fui, aos raios da lua cheia,
O Casimiro da minha aldeia,
Nas noites brancas da minha terra! ...

Por esse tempo chegou a idade
Dos meus estudos (Ó mocidade,
Só tu bem sabes que sofri ...).
Triste, ao embalo das minhas trovas,
Lá fui caminho de terras novas,
Longe daquelas em que nasci ...

Sim, quantas noites de céus escampos,
Carpi martírios, chorei pesares,
Se, acaso, ao lume dos pirilampos,
Eu recordava meus verdes campos,
Sentado à beira dos verdes mares!

Então vaguei-me, valente e rudo,
No desespero da minha dor ...
Deixando os livros, deixando tudo,
Troquei os louros do meu estudo
Pela guitarra do trovador! ...

Aí, o menino fazendeiro
Soltou as rédeas, do seu prazer!

Ganhando fama de bom tropeiro,
Eu fui o poeta mais bandoleiro
Que, em terra alheia, se pode ver! ...

Cantiga à boca, rezando aos fados,
Vaguei por parques enluarados
E tive amores como ninguém
- Musas que foram, numa áurea teia,
Tal como as flores da minha aldeia,
As odaliscas do meu harém ...

Até que, um dia, voltei de novo,
Revi meus campos, revi meu povo,
Sem ter diploma, sem ser douto ...
Mas, pelas almas, quanta alegria.
Quando eu vibrava, na noite fria
Minha guitarra de trovador! ...

*Colaborando com o Boletim Cultural e Memorialístico:
Sabores & Saberes
Antônio Ribeiro Jackson*